

RDA: Perspectivas teóricas e práticas no Brasil

Fabrício Silva Assumpção
Ana Maria Pereira
Marcelo Votto Texeira

Florianópolis
UDESC/FAED, 2020

 EDITORA
UDESC

Organizadores:

Fabrcio Silva Assumpção – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Ana Maria Pereira – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Marcelo Votto Teixeira – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SC)

Projeto Gráfico/ Capa

Cláudia Machado da Camara Canto

R279 RDA: perspectivas teóricas e práticas no Brasil / Fabrcio Silva Assumpo, Ana Maria Pereira, Marcelo Votto Teixeira (Org.) - Florianópolis: UDESC, 2020. 214 p. : il. color ; 21cm.

Inclui referências.

ISBNe: 978-65-88565-15-5

1. Catalogao. 2. Representao do Conhecimento (Teoria da Informao).
I. Assumpo, Fabrcio Silva. II. Pereira, Ana Maria. III. Teixeira, Marcelo Votto.
IV. Título.

CDD: 025.32 - 20. ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Alice de A. B. Vazquez CRB 14/865
Biblioteca Central da UDESC



Esta publicao está disponível sob os termos da
Licença Creative Commons Atribuio 4.0 Internacional (CC BY 4.0).



RDA no Brasil e a Tradição da Catalogação Brasileira

José Fernando Modesto da Silva

Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações
e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

1

INTRODUÇÃO

A biblioteconomia brasileira, em especial, a catalogação, encontra-se envolvida em novo ciclo de mudança, que ocorre em âmbito internacional. A diferença desta para as anteriores é o seu aspecto disruptivo em relação aos processos, conceitos e termos tradicionalmente vinculados aos princípios da ficha catalográfica.

É o momento em que estamos a discutir, no Brasil, a adesão de uma nova norma para a gestão dos processos catalográfico e de metadados descritivos.

Em realidade, desde 2010, discute-se a adesão pela RDA. Algumas questões emergem e dentre elas pode-se supor se está aderência decorre da intenção de:

- Apenas para substituir o uso do AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição), descontinuado pelos seus editores?
- Dar nova diretriz ao padrão de catálogo bibliográfico seguido?
- Se a pretensão é de inovar na política catalográfica existente país?

A tradição das normas utilizada no país, proporcionaram regras de conteúdo e de suporte relativas aos elementos de dados e de sua constituição nos registros bibliográficos e de autoridade. Evoluiu dos fichários, desde o final da década de 1960, para o formato MARC (**MA**chine **R**eadable **C**ataloging) e formatos derivados, com a finalidade de compartilhamento entre agências bibliográficas nacionais e internacionais, por meio de um formato legível por máquinas. E a partir da popularização mundial

dos microcomputadores, entre os anos de 1970 e 1980, sistemas bibliográficos têm sido desenvolvidos para operarem esses registros e os disponibilizar eletronicamente ou via online com o aparecimento da internet e a web.

Na atualidade, com o surgimento de modelos e estruturas de dados orientados ao novo mundo – o mundo digital, acompanhado de novas linguagens de marcação e de vinculação da informação se reescrevem a descrição e codificação dessa informação e do seu acesso (JSC, 2005).

Neste ambiente é requerido normativas catalográficas, independente do formato de comunicação; com capacidade de fornecer diretrizes para os elementos da descrição e de acesso a informação, passível de utilização por qualquer padrão de metadados; e não restrito apenas ao território das bibliotecas.

Entretanto, apesar das inovações preconizadas, há a preservação de uma tradição catalográfica legada pela comunidade bibliotecária de língua inglesa e que, também, se associa ao legado catalográfico local, como no caso brasileiro.

Em suma, assim se apresenta a RDA (*Resource Description and Access*), enquanto documento normativo que adota um procedimento de revisão e atualização de suas diretrizes diferente do adotado pela AACR2, de revisões cumulativas e atualizada em edições periódicas. Porém com elos teóricos fundamentados na tradição catalográfica, mas sob uma perspectiva mais inovadora.

Saliente-se, ainda, o alinhamento da RDA aos modelos conceituais para dados bibliográficos e de autoridade, baseada nos princípios internacionais de catalogação promovidos pela IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*) (TOSAKA, 2014; IFLA, 2019), a saber:

- Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR);
- Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD);
- Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD);
- Declaração sobre os Princípios Internacionais de Catalogação (PIC);
- Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD);
- FRBR de Referência Bibliotecária (FRBR-LRM).

A situação que gera um impacto conceitual e terminológico a romper com a concepção catalográfica até então existente e baseado no conceito do catálogo em ficha.

O enfoque direcionado à introdução da RDA, no cenário brasileiro, procura destacar a adoção da RDA não para ser apenas substituição de um código por outro, ao mesmo tempo em que preserva costumes e vícios catalográficos insustentáveis, agora, no contexto de um universo bibliográfico em transformação.

Saliente-se que, nesta exposição, pretende-se dar importância a tradução da RDA para ampliar a inovação da catalogação brasileira. Neste sentido, segue-se como uma análise descritiva baseada na literatura sobre catalogação bibliográfica, aliada à experiência profissional do autor. A exposição não encerra as discussões e reflexões, mas propõe uma perspectiva para pensar a forma de adesão da RDA e possíveis dificuldades enfrentadas a partir de uma descrição histórica.

2

A TRADUÇÃO DOS CÓDIGOS NA CATALOGAÇÃO BRASILEIRA

A catalogação brasileira possui uma tradição de busca de um código de catalogação e de tradução de normas internacionais.

Neste sentido, vale destacar que o primeiro curso de Biblioteconomia, estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, graças ao esforço de Manuel Cicero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional, de 1900 a 1924, trazia como objetivos: a) realizar permutas internacionais; b) adotar a organização, segundo o sistema de classificação decimal e por meio de fichas, do repertório bibliográfico brasileiro; c) imprimir fichas catalográficas para serem postas à venda; d) organizar o catálogo coletivo das bibliotecas brasileiras; e) promover o uso público dos repertórios e do catálogo coletivo (RUSSO,1965, p. 15).

Observa-se uma série de intenções, como o objetivo de promover a construção de um catálogo coletivo, desenvolver uma interação internacional dos serviços bibliotecários, disseminar uma padronização dos serviços bibliográficos pelo território nacional. Intenções com mais de cem anos. Certamente, estabelecer um serviço bibliotecário moderno sempre foi uma finalidade buscada pela comunidade bibliotecária brasileira.

Outro aspecto histórico, se refere a instalação do curso de nível superior em Biblioteconomia, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Para o seu funcionamento, entre o período de 1943 – 1948, houve a subvenção de US\$ 27.500 (vinte sete mil e quinhentos dólares) da *Rockefeller Foundation* (RUSSO,1965).

O que reforça, em nossa tradição, a influência anglo-americana na Biblioteconomia brasileira, com destaque para a catalogação.

2.1

A INFLUÊNCIA ANGLO-AMERICANA

A importância e o apoio norte-americano foram importantes para a Biblioteconomia brasileira, conforme relato de Gropp (1939), ao comentar as atividades do *Committee on Library Cooperation with Latin America*, durante a *Annual Conference of American Library Association*, ocorrida em outubro de 1939. Neste evento, enquanto representante brasileiro, estava o bibliotecário Rubens Borba de Moraes (chefe da Divisão de Bibliotecas Públicas do Município de São Paulo e Presidente do Conselho Bibliográfico do Estado de São Paulo).

Segundo o relato, o Comitê recebeu US\$ 30.000 (trinta mil dólares) da Fundação Rockefeller para em um período de três anos promover pesquisas e desenvolver programas destinados às bibliotecas latino-americanas, em especial, ações de intercâmbio, padronização dos serviços técnicos e capacitação profissional. Entre as discussões, destaque a consensual preocupação com a necessidade de publicações técnicas sobre biblioteconomia, no idioma espanhol.

Nota-se, assim, que a busca de literatura da área e sua tradução é algo presente na constituição da área, enquanto atividade profissional, além de uma estratégia de penetração cultural desenvolvida por grupos ou comitês de trabalho.

Outro aspecto significativo, da influência anglo-americana, foi a atividade da bibliotecária Maria Luiza Monteiro da Cunha que passou um ano de estudos na Universidade de Columbia, EUA, entre os anos de 1946 e 1947. Na oportunidade participou da 66ª

Annual Conference of the American Library Association, realizada entre 29/06 e 05/07 de 1947, na cidade de São Francisco, Califórnia. Desta experiência profissional, ela comenta a influência absorvida como a melhor lição recebida e que serviu de incentivo no seu regresso ao Brasil, atuar na propagação e desenvolvimento das bibliotecas e dos cursos de Biblioteconomia. Também destacou as funções assumidas, durante a Conferência, servir como representante brasileira na “Comissão Internacional de Processos Técnicos”, criado durante a primeira Assembleia de Bibliotecários das Américas (*First Assembly of Library of the Americas*) (MONTEIRO, 1948, p.117).

Sobre a Assembleia, Sambaquy (1962) comenta a organização de uma subcomissão encarregada de estudar o tratamento a ser dado aos nomes de autores brasileiros e portugueses nas entradas das publicações. A subcomissão foi presidida pela norte-americana Kathleen Clifford, tendo a participação das bibliotecárias brasileiras Guiomar de C. Franco, Noemia Lentino, Maria Luiza Monteiro da Cunha, além dos bibliotecários norte-americanos. Serviu como base de estudo foi o trabalho de Maria Luiza: *Portuguese and Brazilian names: a problem in cataloging e o Report on cataloging treatment of Brazilian and Portugueses names in Brazil and in the United States*, apresentado por Kathleen Clifford.

Quanto a realização da Assembleia, a primeira reunião ocorreu na cidade de Washington, DC, entre 12/05 e 06/06 de 1947, organizado pelo *U.S. State Departament* e pela *Library of Congress*, em cooperação com a *Pan American Union*. Contemplou uma ampla variedade de problemas enfrentados pelas bibliotecas, incluindo o desenvolvimento das bibliotecas públicas (KENT; LANCOUR; DAILY, 1978, p.423).

Ainda, sobre o evento, Monteiro (1948, p.118) destaca que a principal finalidade era difundir, no caso brasileiro, os princípios biblioteconômicos de forma a aproximar bibliotecários de todos os quadrantes do país “graças a uma intensa e orientada colaboração, os unificará ao mesmo espírito de brasilidade indispensável à manutenção e ao engrandecimento da integridade nacional”.

Observa-se que na adoção de padrões bibliotecários norte-americanos se fomentava uma consciência bibliotecária, ainda nascente, mas banhada de um espírito voluntarioso de construir uma área profissional.

Portanto, para introduzir princípios biblioteconômicos e cursos de Biblioteconomia, no Brasil, fomos subsidiados em tempos passados. Embora, o subsídio fosse parte de uma estratégia política mais ampla desenvolvida pelo governo norte-americano (BRAGA, 2002).

2.2

A BUSCA POR UM CÓDIGO NACIONAL

A tradição da catalogação brasileira apresenta um interesse por desenvolver seu próprio instrumento de representação descritiva. Sambaquy (1962, p.12) comenta sobre essas tentativas de se constituir, no país, um código oficial de catalogação.

Cita o trabalho de Jorge Duarte Ribeiro que, em 1934, no Rio de Janeiro, publicou as “Regras Bibliográficas” em uma tentativa de consolidar normas para catálogos de bibliotecas. Em 1938, em São Paulo, o Conselho Bibliotecário da Secretaria da Educação e Saúde, também publicou algumas regras para a padronização de fichas catalográficas. A iniciativa foi seguida, posteriormente, em 1941, pela Associação Paulista de Bibliotecários (APB), através de uma Comissão de Bibliotecários que editou as “Regras Gerais de Catalogação e Redação de Fichas”, com a finalidade de não ser um código de catalogação, mas um instrumento de normas contendo as principais instruções básicas para servir aos catalogadores das pequenas bibliotecas distantes do acesso aos códigos “universalmente consultados”.

É mencionado, ainda, pela autora, o aparecimento, em 1944, no Rio de Janeiro, das Instruções para organização das Bibliotecas dos Corpos e estabelecimento do Exército, compiladas pela Biblioteca Militar. Além desta, houve o estabelecimento de uma Comissão, em 1942, por indicação da Biblioteca do DASP, constituída por representantes da Biblioteca Nacional, Instituto Nacional do Livro e do próprio DASP. A Comissão trabalhou de 1942 a 1944 na elaboração das “Normas para organização de um

Catálogo Dicionário de Livros e Periódicos” (espécie de projeto de um código de catalogação).

A intenção não logrou êxito, segundo Sambaquy, porque as propostas apresentadas afastavam-se da orientação geral seguida pelos catalogadores brasileiros, familiarizados no uso das regras de catalogação da ALA e das regras da Biblioteca Vaticana, ambas populares no período.

Outra iniciativa, de construir um código nacional, ressurgiu no primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, realizado na cidade de Recife, em julho de 1954, como recomendação que dizia (SAMBAQUY, 1962, p.12-13):

- “Há necessidade de um Código Nacional de Catalogação. Para a sua elaboração, os bibliotecários já dispõem da experiência necessária, sendo indispensável a eliminação de divergências existentes”;
- “O Congresso recomenda ao Instituto Nacional do Livro que organize uma Comissão de Bibliotecários, de preferência, por professores de catalogação e catalogadores experimentados, para elaborar o Código Brasileiro de Catalogação”;
- “O Código Brasileiro de Catalogação deverá adotar, quanto à entrada dos nomes brasileiros e portugueses, o critério universalmente aceito de respeitar-se a vontade do autor, o uso local e a tradição literária”.

A autora observa que, entre 24 a 26 de novembro de 1954, o IBBD e o INL organizaram uma Comissão de Estudos de Catalogação, com o objetivo de analisar os entendimentos dos catalogadores brasileiros e estabelecer regras para um código de

catalogação. Em reunião com representantes do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, estipulou-se 54 resoluções para simplificar e agilizar os trabalhos de catalogação descritiva. Resultou-se também, na redação de anteprojeto de um Código Brasileiro de Catalogação, adaptado à tradução do capítulo II das Regras de Catalogação editadas pela ALA – Forma dos nomes de autores pessoais (*ALA Cataloguing Rules for Author and Title Entries*). O trabalho foi avaliado durante a segunda reunião da Comissão, ocorrida em novembro de 1956; além de terem sido anexado a segunda edição brasileira das Normas para Catalogação de Impressos da Biblioteca Apostólica Vaticana.

Desta busca por um código, Sambaquy salienta que, de maneira geral, os catalogadores brasileiros estavam cientes sobre o fato da adoção de um código nacional não restringir a utilização de regras internacionais e nem de seu espírito. A questão principal envolvida estava no consenso para o tratamento adequado dos nomes brasileiros de pessoas e entidades coletivas. Assunto que vai dominar as discussões.

2.3

A TRADUÇÃO DOS CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO NO BRASIL

Além da busca por um código brasileiro de catalogação, no Brasil, historicamente, os códigos internacionais utilizados, foram traduzidos pela comunidade bibliotecária. Ressalte-se que, desde 1949, o Brasil tentava traduzir, na íntegra, a *ALA Cataloguing Rules for Author and Title Entries*.

Este código era uma expansão e revisão do código da ALA editado em 1908, e fora publicado sob a epígrafe de uma norma provisória ou de versão preliminar. Causou mais manifestação de insatisfação pelos bibliotecários norte-americanos, os bibliotecários ingleses não participaram de sua edição devido o envolvimento da Inglaterra na segunda guerra, entre outros motivos. Um aspecto da crítica realizada ao código era a existência de regras de difícil aplicação, até por estarem destituídas de raciocínio lógico e/ou de redação compreensível, no tratamento de materiais (KNOWLTON, 2009).

Santos (2019, p.95) comenta que das críticas sobre o código da ALA, feita por estudiosos, estava a constatação de que a prática catalográfica de seu tempo, não dedicava atenção aos aspectos teóricos da catalogação, mas ao contrário, se tornava altamente técnica, dentre outros aspectos.

Se a comunidade brasileira não traduziu este código específico, manteve a intenção até para apoiar a disseminação dos padrões bibliotecários no país.

Na Conferência Internacional sobre Princípios da Catalogação, realizada na cidade de Paris, em 1961, sob auspício

da IFLA e patrocínio da UNESCO, ocorreram propostas de reformulação dos códigos de catalogação nacionais. Fato que levaram à publicação da AACR, em 1967 (CÓDIGO, 2004).

No período, tem destaque o trabalho da bibliotecária Maria Luísa Monteiro da Cunha, que participou do encontro de Paris e deu início a divulgação das propostas junto as bibliotecas brasileiras e cursos de Biblioteconomia, ressaltando a importância dos princípios internacionais em nossos processos catalográficos, como atualmente acontece com a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC), os Requisitos Funcionais e a própria RDA, por exemplo.

Em 1967, com a atualização das regras americanas surge a AACR, quando houve autorização para tradução em língua portuguesa, decorrente da antiguidade da solicitação brasileira junto a entidade norte-americana.

Em 1969, é publicada a primeira edição da AACR, em português, coordenada pelo bibliotecário Abner Lellis Corrêa Vincentini, com apoio do Prof. Astério Campos, Maria Luisa Monteiro da Cunha, Lydia de Queiroz Sambaqui, dentre outros bibliotecários, linguistas, datilógrafos, revisores e tipógrafos – todos relacionados na apresentação da obra (CÓDIGO, 1969).

No prefácio da tradução, o então diretor executivo da ALA, David H. Clift, manifestou a seguinte consideração sobre a tradução realizada:

Em primeiro lugar, eu creio que a publicação propriamente dita – o produto de cooperação internacional, paciente e continua, no campo biblioteconômico – representa um tipo de atitude e atividade que será cada vez mais importante no futuro. Esta tentativa tem servido para lembrar a muitos de nós que a biblioteconomia não pode continuar a ser

considerada dentro dos limites das fronteiras nacionais (CÓDIGO, 1969, p.viii).

Saliente-se, ainda, que além do código anglo-americano, o Brasil possuía ativo o Código de Catalogação da Biblioteca Apostólica Vaticana, com duas edições em língua portuguesa. Uma edição publicada pelo DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) e INL (Instituto Nacional do Livro), em 1949; e a segunda publicada pelo IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação), em 1962.

Sobre este código, Sambaquy (1962, p.18) salienta sua preferência, desde 1941, por um número significativo de bibliotecas brasileiras federais e estaduais, tendo sido adotada em cursos e concursos para bibliotecários realizados pela DASP.

Observa a relação entre as normas da Biblioteca Apostólica Vaticana e a tradição da catalogação anglo-americana, estabelecida durante a reforma da própria Biblioteca do Vaticano, que recebeu recursos destinados pelo *Carnegie Endowment for International Peace*, que em 1928, enviou consultores bibliotecários (norte-americanos, ingleses e italianos) para iniciarem um trabalho de catalogação da biblioteca, baseado na *Regole per la compilazione del catalogo alfabético*, de 1922, e prescrito para utilização em bibliotecas governamentais italianas.

Entretanto, os consultores constataram a insuficiência das regras decorrente dos: a) inúmeros problemas catalográficos carentes de soluções; b) ausência de exemplos esclarecedores ao processo descritivo; e c) a falta de preceitos uniformes na definição dos cabeçalhos de assunto.

A necessidade de revisão das regras, ficou sob a incumbência geral do bibliotecário norte-americano John

Ansteisson, que fez as diretrizes segundo o código de catalogação da ALA de 1908 e pelas regras adotadas pela *Library of Congress*, acrescentando inúmeros exemplos colhidos do próprio catálogo em elaboração e, desta forma, fornecendo às normas uma abrangência internacional, de maneira a satisfazer a conveniência do público erudito e eclético, que proveniente do mundo todo, utiliza-se a biblioteca.

O uso destes códigos encontra explicação na afinidade linguística entre os países latinos. Nestas normas foram acrescentadas regras para tratamento de nomes brasileiros e portugueses, o que favoreceu sua divulgação no país, além de servir como instrumento didático no ensino da catalogação (DIAS, 1967).

Novamente, em 1978, uma nova edição da AACR é publicada. No Brasil, a FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições), a partir de contatos com a *American Library Association* e a CLA (*Canadian Library Association*), assina em 11/07/1980, o contrato de licenciamento para publicação da AACR2 em língua portuguesa; efetivada em dois volumes – 1983, volume I e 1985, volume II (CÓDIGO, 2004).

Tentativas posteriores de impressão das atualizações, do código, a partir de 1988 não lograram sucesso por falta de recursos financeiros.

Em 2003, obteve-se a renovação contratual com os editores da AACR2, o que permitiu a edição da AACR2 com as atualizações de 2002 – a AACR2r. Novamente, a tradução desenvolveu-se pelo esforço do coletivo representado por um grupo de trabalho, nomeado pela FEBAB, coordenado pela profa. Rosa Corrêa, e apoiado na de impressão pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (CÓDIGO, 2004).

Na atualidade do advento da RDA, enfrenta-se o mesmo dilema, mas em contexto diferente. Se antes, a tradução em português estava atrelada a um contrato de licenciamento, negociada por entidade da área, agora o modelo de negócio existente é outro, assim como a forma de negociação. Não é mais uma simples transação comercial de compra de direitos autorais e/ou pagamento de *royalties*.

O fato é que, traduzir a norma é importante. A tradução de qualquer obra é considerada como um meio pelo qual o país dá boas vindas a essa obra (WATAGHIN, 200?).

A tradução é uma reescrita, pela qual se estabelece uma relação sistêmica, capaz de desencadear uma série de outros textos (resenhas, artigos, manuais etc.). A própria tradução é fundamental nas relações entre a literatura de uma área (nacional e internacional), além de essencial para o diálogo que pode ser iniciado entre elas a partir da publicação e circulação do texto traduzido em um novo ambiente (LEFEVERE, 2007).

Portanto, traduzir a RDA para a língua portuguesa não é apenas dar seguimento à tradição da catalogação brasileira, mas prosseguir na busca de uma uniformidade dos serviços bibliotecários para a conveniência do usuário.

Para a tradução da RDA, há o aspecto comercial; um modelo de negócio não tradicional de comercialização dos direitos de publicação (impressa ou eletrônica). Há um formalismo predeterminado de cessão, atrelado à vinculação de um suporte de serviço contínuo para sua disponibilização em formato impresso, eletrônico e/ou digital por assinatura e acesso online.

Este formalismo fora apresentado à FEBAB, nos contatos iniciado em 2018, com os editores sobre procedimentos de

tradução da RDA. E os custos financeiros envolvidos, além da infraestrutura material e humana é uma questão a ser bem equacionada, mesmo se a iniciativa brasileira decorrer de alguma instituição pública ou privada, como parece indicar manifestação ocorrida durante o Encontro de RDA no Brasil, realizada na cidade de Florianópolis, entre 16 a 18 de abril de 2019.

Deve-se observar, nesse contexto, que em relação aos padrões e normas catalográficas brasileiras, a Biblioteca Nacional foi escolhida, em sessão plenária durante o 5º Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras, realizada em 1983, como órgão coordenador das atividades bibliotecárias referentes à normalização dos processos técnicos no país. No período de 1983 e 1984 reuniões com este objetivo foram promovidas, reunindo especialistas em catalogação representando importantes instituições (AMERICAN, 1983-1985). Porém, na atualidade, há um hiato de lideranças institucionais no país.

2.4

A TRADUÇÃO DA RDA COMO MODELO DE NEGÓCIO

Desde 2013, com a experiência das primeiras traduções em francês e alemão, os editores desenvolveram um aprendizado sobre o processo de tradução e da sua implantação na plataforma RDA Toolkit, bem como dos procedimentos a serem tratado com grupos de interesse pela tradução.

O processo de tradução está consolidado em documento, contendo as diretrizes, os compromissos editoriais e as outras determinações a serem seguidas pelos interessados na tradução. Este documento coordenado por Dunsire (2016) ser de base para análise realizada.

É salientado que, cabe aos interessados, os custos do processo editorial (tradução, certificação etc.) associados ao projeto. Ressaltam que a RDA é uma obra original, em inglês, resultante da colaboração de especialistas, preocupados em estabelecer instruções claras e em linguagem acessível à compreensão pelos profissionais de todo o mundo, de língua inglesa ou que tenham, no inglês, um segundo idioma.

A mesma preocupação é externada com qualquer tradução da norma. Assim, se busca parceiros com as seguintes qualificações:

- Conhecimento das práticas e terminologias catalográficas adotadas internacionalmente, além da própria RDA;

- Capacidade de desenvolver um processo aberto de tradução colaborativa que considere as prováveis comunidades usuárias;
- Estabelecer um comitê de promoção da RDA que inclua suporte para treinamento e implementação;
- Dispor de recursos para realizar e manter o trabalho (tradução inicial e as atualizações).

Como o JSC (*Joint Steering for the Development of RDA*) tem a responsabilidade de redigir e revisar a norma, é do seu interesse que os tradutores forneçam contribuições ao aperfeiçoamento da RDA. Esses grupos podem ser convidados a indicar representação junto ao órgão.

Segundo o JSC, as comunidades que traduziram a norma optaram por incluir o trabalho na plataforma RDA Toolkit de acesso online. Porém, as traduções, na plataforma, seguem além da qualificação dos tradutores, as condições:

- Os editores detêm os direitos eletrônicos da tradução.
- O tradutor é responsável pela tradução da interface do RDA Toolkit.
- O tradutor implementará a RDA como um padrão de catalogação em 2 anos, a partir da tradução publicada.
- O pagamento das taxas de tradução, permite publicar em PDF, no site do tradutor, por um ano.

É observado que, a publicação no RDA Toolkit, pode não ser a melhor escolha, neste caso o projeto de tradução deve considerar:

- O tradutor conta com suporte a um serviço online como o RDA Toolkit?
- As agências catalográficas estão aptas a usar esse tipo de ferramenta?
- A assinatura anual do RDA Toolkit é acessível à comunidade?
- O tradutor está preparado para atender as demandas de manutenção da tradução?

Os editores salientam que a norma sofre atualizações substanciais no texto e o trabalho de tradução não pode ser subestimado. Neste sentido, traduções não atualizadas na plataforma são retiradas. Da mesma forma, segue-se uma política de publicar não mais do que 2 ou 3 novas traduções por ano.

Uma opção colocada é a publicação impressa da RDA traduzida. Porém, há algumas considerações:

- Quem publicará a tradução impressa? Se for o grupo de tradução, deve assumir a função de editor (produção, comercialização e distribuição) ou promover parceria com editora local. Os editores da RDA se dispõem a identificar editora local para a tradução e, se necessário, negociar um contrato separado com a editora para direitos de publicação impressa da RDA. Porém, observado o lado comercial.
- O pagamento das taxas e royalties, aos editores para distribuição comercial da tradução impressa. A taxa é determinada nas negociações e depende de vários fatores, incluindo o tamanho do mercado editorial. Em negociação preliminar, realizada pela FEBAB a estima-

tiva como mencionado anteriormente, estava em vinte mil dólares de taxa, mas sem estudo de estimativa de mercado que no Brasil é pequeno. Aja visto ser raro publicações da área superarem três mil volumes.

- Se a tradução impressa também for publicada no RDA Toolkit, a ALA Publishing assumirá uma função maior no processo de produção de impressão. A criação de PDFs no RDA Toolkit é padrão e esses arquivos em PDF podem ser transformados em arquivos para impressão, fornecidos ao editor da tradução.

Destaque-se que em termos de custo e benefício a RDA impressa pode não ser um bom negócio dado o volume de impressão e a dificuldade de atualização.

Os editores oferecem, também, uma opção de tradução avaliação ou estudo da norma. Entretanto, se houver plano de publicar a tradução, há pagamento de licença. Nesta opção, o envolvimento dos editores é mínimo e o contrato de permissão não inclui a obrigação de atualizar a tradução.

2.5

PROCEDIMENTOS NOS PAÍSES ADERENTES À RDA

Para citar a necessidade de planejar e coordenar ações nacionais de adesão a norma, apresenta-se os procedimentos adotados por alguns países e a importância das instituições e entidades de representação profissional.

No caso da Austrália, houve a fixação de um cronograma de treinamento definido pelo *Australian Committee on Cataloguing (ACOC)*, que é um comitê conjunto da Associação Australiana de Bibliotecas e Informações e a Biblioteca Nacional, encarregado de monitorar e influenciar os desenvolvimentos na catalogação nacional e internacional. Assim, o trabalho da ACOC na adesão da RDA, realizou pesquisa de avaliação dos resultados de uso da norma. A Biblioteca Nacional da Austrália promoveu mudanças na base nacional de dados bibliográfico; revisou as políticas de catalogação existentes; procedeu à conversão dos pontos de acesso legado; e implementou mudanças para acomodar a RDA ao catálogo coletivo local (TILLET, 2010; ACOC 2019).

No caso Canadense, houve alterações no catálogo coletivo nacional – Amicus, para acomodar a RDA, e avaliar seu impacto nos programas de intercâmbio. O programa de treinamento foi coordenado pela *Canadian Library Associations Technical Services Interest Group*, com pesquisa de avaliação dos resultados. A tradução foi realizada ASTED (*The Library Association in Canada Serving French Language Libraries*) para viabilizar o uso da RDA em língua francesa (TILLET, 2010).

No Reino Unido, a coordenação se deu pela CILIP (*Chartered Institute of Library and Information Professionals*) com o estabelecimento de programa de treinamento baseado em pesquisa para a identificação de necessidades sobre uso da RDA. A implantação desenvolveu-se de forma institucional, inicialmente realizada pela *Bristh Library* conforme procedimentos adotados pela *Library of Congress* (TILLET, 2010).

No contexto europeu, a partir de seminário realizado em 2010, na cidade de Compenhague, organizado pelo *Joint Sttering Committee for Development of RDA* (JSC) e o *European RDA Interest Group* (EURIG) entidade composta dos representantes de bibliotecas nacionais, que abordaram os seus respectivos planos em relação à norma (DANSKIN; GRYSPEERDT, 2014).

Neste contexto, decorre o processo de implantação da RDA, na Holanda. Inicialmente, avaliação de viabilidade aplicada no *Nederlandse Centrale Catalogus* (NCC), o catálogo bibliográfico oficial holandês. O sistema é usado pela biblioteca nacional, bibliotecas universitárias, públicas e escolares e bibliotecas especializadas. Uma base catalográfica com mais de 18 milhões de registros bibliográficos; 4,5 milhões de registros de autoridade; 60 milhões de cabeçalhos de assuntos, sincronizados com o WorldCat da OCLC (*Online Computer Library Center*).

O processo de implantação da RDA envolveu investigação, descrição e definição dos princípios da norma para as bibliotecas. O procedimento resultou na formação de um perfil da RDA holandesa que influenciou em sua implementação e serviu de base para orientação no sistema de catalogação compartilhada, com inclusão de instruções, comunicações, extensões do formato bibliográfico e conversões de bases de dados bibliográficas.

Também se produziu documentos normativos e de regras gerais, além da constituição de um Comitê Nacional sobre RDA. Esse comitê serviu de suporte e desenvolvimento a implementação da RDA, bem como forneceu segurança ao conhecimento da RDA pela comunidade de catalogação holandesa. A coordenação geral do processo ficou com a Royal Library, formado por representantes de diferentes bibliotecas (WINTERMANS; VAN SPANJE, 2014).

No caso francês, o trabalho conjunto entre a Biblioteca Nacional (BNF) e AFNOR (*Association Française de Normalisation*), responsável pelas regras nacionais de catalogação, definiram a constituição de grupos de trabalho técnicos e estratégicos com diferentes responsabilidades para análise da nova norma. Dentre os grupos, é destacado o *AFNOR Working Group* com as seguintes orientações: 1) examinar em detalhes as regras a fim de identificar um perfil francês da RDA e fornecer opções e recomendações para a implementação da mesma; 2) tradução da RDA para o francês, em colaboração com o Canadá e outros países; 3) avaliar os impactos da RDA nos sistemas bibliotecários, na consistência dos catálogos, no intercâmbio dos registos bibliográficos, a fim de ajudar as bibliotecas francesas no planejamento dos custos; 4) informação e treinamento; 5) possibilidade de adotar cronograma de implantação (ARSENAULT; PARADIS; RIVA, 2014).

No caso chinês, Dandan, Zheng e Dongfeng (2019) comentam a implementação da RDA na China e em outros países asiáticos. Destacam que, a Biblioteca Nacional da China (NLC) iniciou maior atenção com a RDA em 2007, por meio da realização da pesquisa *Study on RDA's Development and Influence*. Mas foi a partir de 2012, com a visita de Barbara B. Tillett, ex-presidente do Comitê Diretor da RDA (RSC), que o interesse pela RDA aumentou, bem como os estudos e análises práticas da norma

experimentaram amplo progresso, com a NLC desempenhando papel proeminente na disseminação da RDA na China.

Os estudos levaram ao projeto de tradução chinesa da RDA, coordenado pela NLC, contando com a contribuição de especialistas em catalogação da biblioteca nacional e de outros países. Concluída a tradução, um esboço foi publicado para comentários. Entre a tradução, contribuições e revisão, o processo demorou um ano e meio. Em 2014, a tradução chinesa estava concluída e publicada.

Os autores destacam que para favorecer a compreensão da RDA, a NLC compilou um manual de instruções em linguagem simples e com exemplos ilustrados no formato MARC 21. Na sequência, iniciou-se a redação de políticas para RDA. A iniciativa foi importante por razões históricas. Na China coexistem dois conjuntos de regras de catalogação, um para recursos em chinês e outro para recursos em idiomas estrangeiros. Os estudos e a prática da RDA estão orientados para a catalogação de recursos de língua estrangeira, uma vez que a catalogação desses recursos segue as tradições anglo-americanas.

Outras ações para implementação da RDA, uma equipe de teste formada por 29 catalogadores foi composta para realizar testes da RDA durante um mês. Dois conjuntos de recursos foram utilizados, além de divididos em catalogação original e catalogação de cópias. Os recursos também foram catalogados duas vezes pelos participantes, uma vez usando a AACR2 e outra a RDA. Após os testes foi realizada uma comparação que incluiu o tempo de catalogação e as taxas de erro, além dos custos do trabalho que, inicialmente, aumentaram. Entretanto, à medida que a proficiência dos catalogadores em RDA melhorou, os custos. Após a conclusão desta preparação, a NLC informou a utilização

da RDA para catalogar todos os recursos em idioma estrangeiro a partir de 1º de janeiro de 2018.

Segundo Modesto e Serra (2017), em uma lista de ações para implementação e adoção da RDA, consta em geral: Catálogo Coletivo; Comitê Implantação RDA; Cronograma Implantação; Eventos/Lista discussão RDA; Obstáculos para RDA; Pesquisa sobre bibliotecas; Pesquisa sobre descrição e definição RDA; Pesquisa resultado do treinamento; Produção Documentos RDA; Programa de Treinamento; Tradução RDA.

Há, portanto, um procedimento sistêmico que países e instituição adotam na implementação da RDA para sua compreensão e assimilação operacional.